



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH

CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOSÉ NILSON ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO QUEIMADAS, REMÍGIO/PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

JOSÉ NILSON ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO QUEIMADAS, REMÍGIO/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito as exigências para Conclusão do curso Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^a. Ms. Maria José Silva Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

2011

A447p

Almeida, José Nilson

A Produção do Algodão Agroecológico no Projeto de Assentamento Queimadas, Remígio/PB. [manuscrito]: / José Nilson Almeida – 2011.

45 f.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Maria José Silva Oliveira, Departamento de História”.

1. Agroecologia 2. Assentamento Queimadas 3. Agricultura Familiar 4. Algodão Orgânico. I. Título.

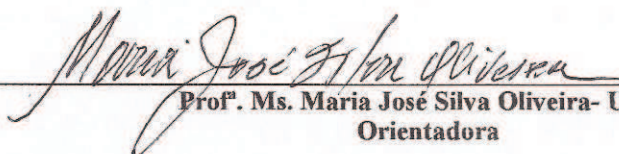
21. ed. CDD 577.55


JOSÉ NILSON ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO QUEIMADAS, REMÍGIO/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito as exigências para Conclusão do curso Licenciatura Plena em História.

Trabalho Aprovado em: 22/06 /2011.


Prof. Ms. Maria José Silva Oliveira-UEPB
Orientadora


Prof. Ms. Matusalém Alves de Oliveira-UEPB
Examinador


Prof. Esp. Anselmo Ronsard Cavalcanti-UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que me deram a vida, e sempre me ajudaram nos estudos a minha esposa, Robevânia, que sempre me apoiou, ajudando nos momentos difíceis.

Agradeço a Deus por estar sempre presente em minha vida, contribuindo nas minhas decisões.

A meus amigos e colegas por estarem sempre dando força e sempre dando um estímulo para continuar no curso.

A Universidade Estadual da Paraíba, pelo espaço e pela oportunidade.

A professora, Maria José Silva Oliveira, pela paciência que demonstrou nos momentos da orientação.

Aos agricultores familiares.

A ONG Arribaça.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar os desafios e perspectivas no sistema de “Produção do Algodão Agroecológico no Assentamento Queimadas, município de Remígio-PB”. O Assentamento Queimadas possui área de 1.810 hectares divididos em 100 lotes de 10 hectares distribuídas para cada família; reserva florestal com 400 hectares e área coletiva com 410 hectares. A pesquisa foi desenvolvida inicialmente com levantamento bibliográfico sobre a experiência de produção do algodão em nível comercial, no final do século XVIII no Nordeste Brasileiro. Pesquisamos também nos arquivos da ONG Arribaça, as etapas da produção do algodão orgânico; A criação do Projeto Escola Participativa do Algodão, pelo Assentamento Queimadas. Analisamos como o projeto trabalhou a formação dos agricultores com: visitas de intercâmbio; seminários regionais; “dias de campo”; transição agroecológica e a formação da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico, contribuindo na validação de forma participativa das práticas agroecológicas, garantido a sustentabilidade local e a geração de rendadas famílias. Destacamos como o Assentamento Queimadas certificou o primeiro algodão orgânico do Estado da Paraíba.

Palavras-chaves: Assentamento Queimadas, Agroecologia, Agricultura Familiar, Algodão Orgânico.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the challenges and prospects in the agroecological cotton production in land reform settlements Burning, Remigio, PB. The Burning Settlements have an area of 1,810 hectares distributed in 100 lots of 10 ha for each family, a legal reserve of 400 hectares and 410 ha for collective production. The first experience of agroecological cotton production was researched in literature and articles about the eighteenth century in the Brazilian Northeast, focusing on the production system, labor exploitation and marketing. The NGO Arribaça files were analyzed *in loco*, too the steps of production of certified organic cotton in Cotton Participatory School. The Cotton Participatory School, was born in the settlement in 2006, the first certified organic cotton in the state of Paraíba for small farmers. The project worked with the training of farmers, exchange visits, regional seminars, field days, agroecological transition and formation of the Paraíba Cotton Agroecology Network, contributing to the validation of the agroecological practices, ensuring sustainability, income generation and food security to settle families .

Keywords: Queimadas Settlements, Agroecology, Family Agriculture, organic cotton.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 01- Sede da Fazenda Queimadas Sítio Queimadas_____	19
FOTO 02- Sede Queimadas Sítio Volume_____	19
FOTO 03- Vila de Lagoa do Jogo(parte fazenda Queimadas)_____	20
FOTO 04- Vila de Lagoa do Jogo(parte fazenda lagoa do jogo_____	20
FOTO 05- Plantio de Algodão no Espaçamento 1,10 X 0,30 m_____	30
FOTO 06- Cultivo da terra com arado puxado por boi_____	31
FOTO 07- Primeiro Algodão Orgânico do Estado da Paraíba, Assentamento Queimadas Remígio-PB_____	33
FOTO 08- Beneficiamento de Algodão no Assentamento Margarida Maria Alves – Juarez Távora-PB_____	34
FOTO 09- Grupo de agricultores familiares da Paraíba em visita a áreas de algodão orgânico no estado do Ceará_____	38
FOTO 10- Dia de Campo no Assentamento Queimadas no Ano de 2007____	38
FOTO 11- Distribuição de Mudanças de Árvores no Assentamento Queimadas_	39
FOTO 12- Oficina de Confecção de Produtos Naturais no Assentamento Oziel Pereira, Remígio-PB_____	39
FOTO 13- Alunos Assistindo Aula a Noite no Mês de Julho de 2007_____	41

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Mapa do Município de Remígio-PB _____ 17

FIGURA 02 - Mapa da Fazenda Queimadas _____ 17

LISTA DE SIGLAS

Arribaça: Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida Convivência Com a Seca Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar.

ASP-TA: Assessoria e Serviços de Projetos em Agricultura Alternativas

COEP: Comitê das Entidades Parceiras

COEXIS: Empresa do Ramo Têxtil de São Paulo

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA ALGODÃO:

FIEP: Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

IBD: Instituto Bio Dinâmico

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA : Ministério de Desenvolvimento Agrário

ONG: Organização Não Governamental

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

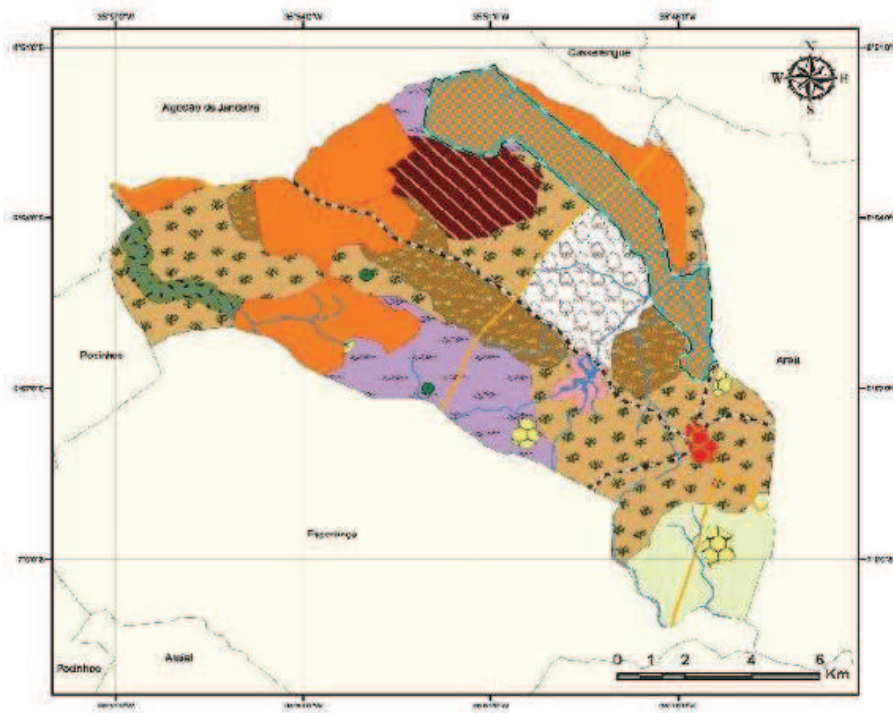
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESI: Serviço Social da Indústria

PATAC: Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas as Comunidades

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
1- A Fazenda Queimadas	17
CAPÍTULO II	
2- Nordeste Não-açucareiro: Sistema de Produção da Cultura do Algodão	25
CAPÍTULO III	
3- Projeto Escola Participativa do Algodão	30
3.1 No ano de 2006 Nasce o Primeiro Algodão Orgânico do Estado da Paraíba	32
3.2- Construção da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico	36
3.3- Processo de Formação dos Agricultores e Agricultoras Familiares	37
3.3.1- Visitas de Intercâmbio	37
3.3.2- Dia de Campo sobre a Produção do Algodão Orgânico	38
3.3.3- Transição Agroecológica	39
3.4- I Seminário Regional do Algodão Orgânico	40
3.5- Escola Formal do Algodão	40
3.6- Realização da Festa da Colheita do Algodão Agroecológico	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45



Introdução

INTRODUÇÃO

O mercado dos produtos orgânicos vem crescendo a longos passos no mercado mundial, no entanto, acompanhar esta demanda mundial por produtos livres do veneno, vem a mexer em estruturas, em face da mudança para um modo alternativo de produção, dentro dos princípios da agroecologia que respeita o meio ambiente, valoriza o conhecimento local, preza pela convivência natural com as pragas, consórcios, plantio em curvas de níveis e adubação orgânica.

A mudança de hábitos, quanto a forma de condução das lavouras, só se dá a partir da inserção dos agricultores familiares num processo de formação participativa e continuada, onde a troca de experiências, a pesquisa participativa e o respeito mútuo entre técnicos e agricultores são indispensáveis dentro do processo.

No entanto, o processo de produção dentro dos princípios da agroecologia, requer uma mudança no sistema de produção agrícola implantado no Brasil desde o período colonial – Mono cultivo, desmatamento para a implantação das lavouras, exploração da mão de obra e comercialização dependente do mercado externo.

No Nordeste as condições climáticas são consideradas boas para cultivo do algodão, em especial no Estado da Paraíba, sendo assim, a produção de algodão orgânico é uma oportunidade para a geração de renda no meio rural.

No entanto, precisa estar atrelada a um modelo de produção baseado na valorização do conhecimento local, trabalho familiar, agroecologia e comercialização através de mercados justo com preços compensadores.

O apelo social por produtos orgânicos produzidos com o mínimo impacto à natureza, tem mostrado que esse novo modelo de produção caminha para sustentabilidade dos sistemas de produção baseados na diversidade de cultivos.

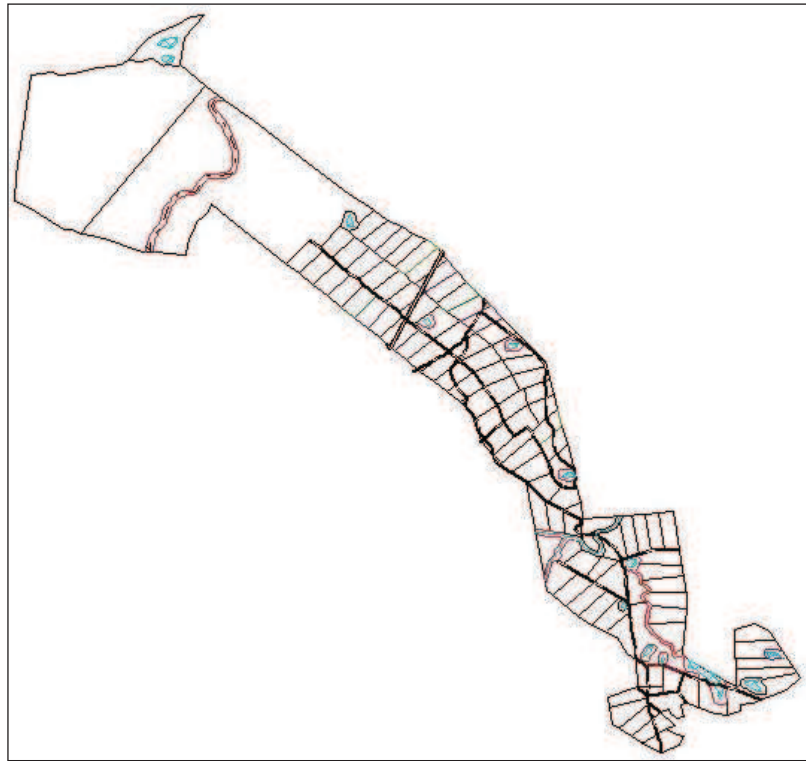
Por outro lado, os produtos são considerados orgânicos mediante Certificação, emitida por uma entidade com, credencial jurídica, por sua vez, os agricultores familiares que participam desse processo devem conhecer todo o processo de certificação de seus produtos.

O objetivo é analisar os desafios e perspectivas no sistema de produção do algodão agroecológico no Assentamento Queimadas, município de Remígio-PB. Perpassando pela formação dos agricultores com: visitas de intercâmbio, seminários regionais, dias de campo, transição agroecológica e formação da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico, contribuindo na validação de forma participativa das práticas agroecológicas, garantido a sustentabilidade, geração de renda e segurança alimentar das famílias.

No capítulo I, discutimos a utilização da terra na Fazenda Queimadas através da combinação da pecuária com a produção agrícola de subsistência, fazendo uso da terra através de arrendamento à agricultora familiar; meeiros, e a terça parte da produção agrícola, dando destaque para os três últimos proprietários.

O segundo capítulo, analisamos a primeira experiência de produção de algodão no Nordeste Brasileiro em nível comercial no final do século XVIII.

No terceiro capítulo do analisamos o Projeto Escola Participativa do Algodão, discutindo sobre a utilização de experiências de convivência com as pragas do algodoeiro, e a formação dos agricultores familiares para a produção do algodão orgânico.



Capítulo I

A Fazenda Queimadas

Nos anos que antecederam o movimento de assentamento de reforma agrária que se deu no ano 1998, a fazenda era de propriedade do senhor Antônio Diniz, contudo, ele não foi o único proprietário, ele comprou as terras de Ismael Gouveia, que por sua vez, havia adquirido de Severino Teixeira de Brito Lira (Severino Carro), que comprou de senhor Manoel (Neco) Casado, nesta seqüência, a comprou do Coronel Francisco Oliveira, que por sua vez, comprou a Damião Guedes Bezerra dentro da nossa pesquisa, o seu primeiro proprietário.

Segundo o historiador Péricles Vitório Serafim, a fazenda Queimadas, foi berço de um paraibano ilustre, o ex-senador Coelho Lisboa, segundo este historiador, filho adotivo do casal Coronel Francisco Oliveira e dona Rosalina, que também era tia do ex-senador.

Na verdade, Queimadas é o berço de uma ilustre figura da história da Paraíba, o Senador Coelho Lisboa, um homem de muita cultura um “tribuno admirável”, e , como escreveu Wellington Aguiar, “Um radical contra as oligarquias”. Queimadas não é só o berço, é também o santuário esquecido, onde ele passava as férias e recompunha as forças de sua prodigiosa inteligência. (SERAFIM, 2002, pg. 263)

A partir da emancipação política do município de Remígio, desmembrado do município de Areia, a área da fazenda Queimadas foi dividida entre estes dois municípios. A sede da fazenda ficou localizada no em Areia, e o restante da propriedade, cerca de três mil hectares ficou dentro dos limites territoriais da cidade de Remígio.

A fazenda conservou as características de infra-estrutura como a maioria das fazendas do Nordeste não açucareiro: grandes porções de terras, destinadas a pecuária no sistema extensivo de criação de gado bovino, havendo combinação da pecuária com a produção agrícola de subsistência, fazendo uso da terra através de arrendamento à agricultora familiar; meeiros, e a terça parte da produção agrícola.

Segundo Relatos do senhor Mário Pereira (ex-morador da fazenda), no ano de 1914 moravam na propriedade 380 famílias, que praticavam a agricultura de subsistência, plantando feijão, milho, fava, e criação de animais de pequeno porte (aves, suínos, caprinos e ovinos) que serviam para alimentação da família, e também como uma poupança “viva”, contribuindo

com a renda familiar. No entanto, a cultura do algodão sempre esteve presente dentro do sistema produtivo da agricultura.

Devido a grande extensão territorial da fazenda Queimadas que dispunha de duas sedes uma no sítio Queimadas, próximo o grande açude de Queimadas e outra no sítio Volume próximo a grande mata do Volume.



Foto 01: Sede Queimadas Sítio Queimadas



Foto 02: Sede Queimadas Sítio Volume

As atividades da fazenda eram mais concentradas na sede do sítio Queimadas, devido à estrutura física e de equipamentos com diversas casas, garagens para tratores; curral grande; balança que pesava o gado antes de serem vendidos; capela de Nossa Senhora da Conceição Santa Padroeira local, cuja imagem se encontra na igreja da cidade de Areia. Toda esta estrutura da sede Queimadas ficava em frente a um açude grande, denominado de açude de Queimadas.

As festividades religiosas de “queimações de flores”, nas noites do mês de maio, eram realizadas nas novenas. A capela de Nossa Senhora da Conceição, todas as noites era enfeitada com flores, todos os dias ao final da novena as flores eram recolhidas, e na última novena, as flores eram queimadas em uma fogueira acesa na frente da capela, crianças vestidas com trajes de anjo iam jogando as flores na fogueira, ao som de benditos, louvores, e fogos de artifício. Neste último dia de novena para abrilhantarem as festividades, participavam centenas de pessoas, moradores e agricultores familiares de diversas regiões.

No outro lado da fazenda, a sede do sítio Volume, servia de apoio para a criação do gado, devido a sua localização, primeiro por ela estar próxima ao

ponto extremo da fazenda em relação a sede do Sítio Queimadas, ficando distante na criação e no deslocamento do rebanho, segundo, por estar próximo a mata do Volume, lugar onde ficava parte do gado da fazenda.

Entre as duas sedes da fazenda existia uma vila, chamada de “Lagoa do Jogo”, ponto de divisa entre as terras da fazenda Queimadas e a Fazenda Lagoa do Jogo, em frente à vila existia uma lagoa, a qual deu nome ao lugar.

De um lado, na parte da fazenda Queimadas existia a casa grande com curral e uma garagem.



Foto 03: Vila de Lagoa do Jogo (parte fazenda Queimadas)

No outro lado, na parte da fazenda Lagoa do Jogo, existiam mais de dez casas, uma bodega, armazéns, garagens, uma capela e uma escola construída a partir da década de 90.



Foto 04: Vila de Lagoa do Jogo (parte fazenda lagoa do jogo)

A vila de Lagoa de Jogo era bem movimentada, por um grande número de viajantes, devido sua localização em um ponto estratégico que cruza diversas estradas, dando acesso a varias cidades paraibanas da região do Curimataú, a exemplo de Arara, Casserengue, Algodão de Jandaíra.

Antes da construção da PB 105, rodovia estadual que dá acesso a cidade de Remígio a Arara o trajeto era feito por uma estrada de terra, que passava pelos sítios: Barro Branco, Lagoa de Pedra, Lagoa do Jogo, Lagoa da Cruz, Constantino, Coelho, Brocas, Jacaré, Malacacheta até chegar na cidade de Remígio.

A estrada era utilizada por pedestres, transporte animal, automotores, e boiadas conduzidas por vaqueiros. Deste modo a vila de Lagoa do Jogo era parada quase obrigatória para os viajantes, devido ser rota de passagem entre cidades. Após a construção da rodovia asfaltada a rota mudou, deixando de passar pela Vila de Lagoa do Jogo, diminuindo, o fluxo de viajante que passavam pelo lugar. No entanto, a fazenda Queimadas, passa a ser dividida pela rodovia.

Nas diversas administrações por que passou a fazenda Queimadas destacamos que no uso da terra foi utilizada formas administrativas diferenciadas, especialmente pelos seus três últimos proprietários. Severino Teixeira de Brito Lira, Ismael Gouveia e Antônio Diniz.

Na administração de Severino Teixeira de Brito Lira(Severino Carro), a fazenda Queimadas contava com o maior número de moradores, distribuídos pelos quatro cantos da propriedade, cerca de 150(cento e cinqüenta) famílias, pagando pelo uso da terra no sistema de arrendamento.

Segundo relato de ex-morador o Senhor Herminegídio, todos os moradores pagavam 5(cinco) mil reis por hectares cultivados(roçado). No sistema de arrendamento existiam dois tipos de arrendatário, o que moravam na fazenda, e o outro, que cultivava o roçado nas terras da fazenda e morava fora.

O morador da fazenda também arcava com a incumbência de construir sua própria moradia, o trabalho na maioria das vezes, era de forma coletiva, o

que hoje chamamos de mutirão, onde outros moradores contribuíam com a construção, por outro lado, a maioria do material para a construção eram retirados das terras da fazenda: a madeira e o barro.

Quanto ao pagamento, e forma era a mesma, todos pagavam o mesmo preço, pelo uso da terra. O arrendatário para cultivar o seu roçado, precisava no primeiro ano desmatar uma área nova para o plantio da lavoura, porém, esta área era utilizada por no máximo dois ou três anos com a agricultura. Ao final da colheita, quando todos os arrendatários colhiam suas lavouras, o fazendeiro soltava o gado nos roçados, para os animais comerem os restos das culturas agrícolas.

No cultivo da lavoura nos anos seguintes, por imposição do fazendeiro num processo de exploração da mão não remunerada, os arrendatários eram levados a desmatarem novas áreas para plantarem seus roçados, as terras desocupadas passam ser plantadas com capim para servirem de pasto para o gado do proprietário.

Dentro desse sistema, os agricultores cultivavam diversas culturas, feijão, milho, fava e algodão. Os produtos alimentícios, parte eram utilizados para a alimentação familiar e o excedente juntamente com o algodão produzido eram vendidos nas feiras livres, das cidades paraibanas Arara e Remígio.

Destarte que ainda sob a administração direta do fazendeiro, Severino Teixeira de Brito Lira (Severino Carro), a fazenda contava com aproximadamente 1.500 cabeças de gado bovino, campos de agave com área de 100 hectares; 8 máquinas pequenas que funcionava com um desfibrador de agave, e uma máquina grande que funcionava com três desfibradores.

A cultura e o beneficiamento do agave eram executados pelos moradores, passando pelo plantio, cultivo, corte, transporte nos campos, e o beneficiamento (desfibragem, lavagem e secagem das fibras). Essas atividades eram remuneradas pelo fazendeiro de acordo com o rendimento da produção.

Com o penúltimo proprietário, o senhor Ismael Gouveia, a fazenda passou por algumas mudanças, inicialmente, desativou o processo de produção de agave, destruindo todos os campos e arrancando todas as plantas

da cultura, em decorrência disso, cerca de 50 % dos moradores foram mandados embora. Conseqüentemente, com a diminuição do número de moradores, diminui também a produção agrícola. Por outro lado, a pecuária toma conta dos campos, com um aumento significativo na criação de gado bovino contabilizando 3.200 cabeças.

Com seu ultimo proprietário, o senhor Antônio Diniz, a fazenda Queimadas teve no ano de 1998, uma grande diminuição no número de moradores, restado apenas 10, o que levou essa administração a mudar o sistema de arrendamento da terra, adotando o sistema de terça, (um terço da produção agrícola era entregue ao fazendeiro). Ademais, houve também uma diminuição de 60% do número de pessoas que arrendavam a terra, levando com isso uma baixa substancial na produção agrícola da fazenda, fato que levou a fazenda neste mesmo ano, a ser considerada improdutiva, pelo INCRA, a partir daí, a fazenda entra no processo de Reforma Agrária.



Capítulo II

*Nordeste Não-açucareiro: Sistema de
Produção da Cultura do Algodão.*

2- Nordeste Não-açucareiro: Sistema de Produção da Cultura do Algodão.

Historicamente os agricultores e agricultoras familiares vêm mantendo os seus sistemas de produção agrícolas de forma diversificada, através de consórcios de culturas, com base na produção de alimentos para o consumo da família, reservando para a venda apenas o excedente, para suprir as outras necessidades da casa, em grande maioria, os produtos são comercializados em mercados locais e/ou feiras livres.

Por outro lado, o cultivo de culturas não alimentícias, como o algodão, objeto de nosso estudo, vem contribuindo na geração de renda, dentro do processo produtivo da agricultura familiar, no Nordeste Brasileiro.

Ecologicamente, o semi-árido é propício para a produção de algodão, todavia, no Nordeste Brasileiro até a primeira metade do século XVIII, a fibra já era “domesticada” a e produção destinada apenas para o mercado local, utilizada principalmente para a fabricação de tecidos grosseiros, para a sacaria, roupas dos escravos, e das camadas mais pobres da população.

A primeira experiência de produção de algodão no Nordeste Brasileiro em nível comercial acontece após as duas últimas décadas do século XVIII, e alcança um considerável avanço, em consequência das baixas na produção do produto no sul dos Estados Unidos, em consequência da Guerra de Secessão norte-americana, pelo avanço tecnológico da indústria têxtil Inglesa, proporcionado pela Revolução Industrial aumentando a demanda do mercado externo por matéria prima.

Portanto o reflexo da revolução industrial que acontecia em países da Europa com maior intensidade na Inglaterra, que aperfeiçoava o sistema de produção e beneficiamento de produtos agrícolas, aumentando a demanda por matéria prima, o Nordeste brasileiro transformou os plantios de algodão de fundo de quintal - destinados para o consumo interno - em uma produção a nível comercial para a exportação.

Em 1808 com a abertura dos portos no Brasil, houve um importante impulso na produção de algodão no Nordeste.

Foi a abertura dos portos do Brasil, em 1808, que o algodão realizou uma verdadeira revolução no agreste, favorecida pela crise que as guerras napoleônicas provocaram na cultura do algodão das Colônias do países em conflito. A quebra do exclusivo comercial punha Pernambuco (para onde a Paraíba escoava seu produto), em contato direto com os compradores como Inglaterra e França. (MEDEIROS, 1999, pg.65)

A abertura de um canal de negociação com outros países da Europa foi de grande importância para o desenvolvimento de uma nova estratégia de mercado para a exportação do algodão.

Por outro lado, havia um grande desafio a ser superado, organizar o sistema de produção da cultura do algodão no Nordeste. Dentro de um sistema de produção onde a base era a do trabalho escravo, que por sua vez estava dividido na produção de cana-de-açúcar, no litoral, criação de gado no sertão, e no cultivo da agricultura de subsistência no agreste.

Para a produção do algodão no Nordeste a utilização da mão-de-obra foi dividida em duas etapas.

A primeira antes da extinção do tráfico negreiro até 1850, onde a mão-de-obra utilizada para a lavoura, era exclusivamente escrava, de acordo com a demanda de trabalho da colheita da cana-de-açúcar. Ou seja, em grande maioria, o escravo era utilizado tanto na produção do algodão, quanto na lavoura da cana-de-açúcar. Cabe lembrar que a mão-de-obra escrava também era utilizada no cultivo das culturas de subsistência.

A segunda etapa, acontece após a extinção do tráfico negreiro, mas precisamente em 1850, quando os grandes fazendeiros passaram a utilizar a mão-de-obra do homem livre pobre, disponível em grande quantidade no Nordeste.

O aumento da produção do algodão no Nordeste, esteve condicionada a acontecimentos históricos, que influenciaram na produção de algodão em outros países, a exemplo o período da primeira Guerra Mundial, após o esse acontecimento a produção de algodão volta a impulsionar a economia Nordestina.

Encerrada a Primeira Guerra Mundial, a Paraíba que, através da empresa Kroncke & Cia., já encaminhava fardos prensados aos

mercados internacionais, apresentava-se como o maior produtor algodoeiro do Brasil. (MELLO, 1995, pg. 158)

Com a entrada do algodão, o nordeste não açucareiro passa por um processo de redefinição dos processos produtivos, a produção agrícola familiar associado à pecuária extensiva, mas a prioridade na produção do algodão iniciando um sistema de monocultura.

O nordeste agrário não-açucareiro convertesse num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a “plantation”, porem, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. (OLIVEIRA,1991, pg. 47)

Nas palavras de Oliveira, percebemos a força que a cultura do algodão causou no Nordeste para que entrasse no processo de exportação.

O cultivo do algodão dentro do processo produtivo do latifúndio, viabilizado pela força produtiva do agricultor familiar (morador,arrendatário e meeiro), revela todo o sistema de exploração vivenciado. Os fazendeiros, principalmente os grandes, faziam o papel de atravessadores da mercadoria, comprando dos seus agregados, as partes que os cabiam.

O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobre-produto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no “cambão”, uma forma muito similar à clássica corvéia da economia camponesa européia; sob as duas formas oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. O fazendeiro quase nunca exige um pagamento do meeiro pela utilização da terra. O fazendeiro, em sua ideologia “dá” a terra de graça para seus moradores. (OLIVEIRA,1991, pg.48)

No intervalo entre as colheitas do algodão, período em que o agricultor, não dispõe de dinheiro para a compra de alimentos, coincidentemente o fazendeiro surgia como o “salvador”, aquele que viria amenizar o sofrimento do agricultor. Usava da artimanha de comprar a safra do agricultor, com o algodão ainda na “folha”, ou seja, emprestava o dinheiro ao agricultor, com a garantia de compra do algodão ao final da colheita, por um preço pré estabelecido. No entanto, se o preço do algodão no período da venda, estivesse a baixo do preço combinado, ele comprará pelo preço menor, se por outro lado, o preço do algodão estivesse a cima do pré estabelecido, o preço continuava sendo o combinado na “folha”.

O processo de produção que analisamos a partir do cultivo do algodão, não foi implantado apenas no ciclo da cultura, este sistema de exploração, de troca, de arrendamento, preço na “folha”, já vinha sendo implantado no Nordeste não-açucareiro desde o período colonial.

Durante os primeiros quatro séculos a economia brasileira, esteve a serviço dos interesses internacionais, numa economia voltada para fora, suprindo as necessidades de uma demanda externa, com isso, dependente do capital estrangeiro.

O fato de nossa economia ter evoluído através de ciclos econômicos sucessivos e as vezes superposto, revela uma realidade profunda do processo econômico brasileiro que se desenvolve nas condições de economia incipiente, colonial, dependente e mercantilista, mesmo quando, a partir do século XIX e mercantilismo é superado no mundo. (BRUM, 1987, pg. 27)

Em consequência da economia voltada para a exportação, o capital internacional esteve presente no ciclo econômico do algodão, diferentemente do ciclo do açúcar, onde o capital internacional entrava no sistema de produção, com o algodão o capital domina o sistema de comercialização, e circulação. Empresas com a SAMBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realizavam o controle sobre o valor da mercadoria, e controlavam a comercialização internacional do produto.

Este sistema de exploração vem sendo um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares, o acesso para a venda de seus produtos agrícolas em mercados justos. O atravessador tem sido ao longo dos tempos o vilão desse processo, o mesmo compra os produtos vindos da agricultura familiar, por preços desconsideráveis. No entanto, a dificuldade de implantação de políticas públicas voltadas para sanar esta realidade do homem do campo, bem como a dificuldade no acesso as políticas destinadas para o setor, vêm agravar ainda mais a situação no meio rural Nordestino.



Capítulo III

*Projeto Escola Participativa do
Algodão*

3- Projeto Escola Participativa do Algodão

Partindo da inserção da cultura do algodão na diversidade da produção agrícola de base familiar como mais uma das culturas que tem uma privilegiada importância econômica, visto que ela não é utilizada para o consumo e sim para a venda, como os agricultores dizem “*é cultura que se compra camisa, gera dinheiro*”, por isso o algodão é também chamado de “ouro branco”.

No ano de 2005, a partir das experiências dos agricultores familiares do Assentamento Queimadas – Remígio-PB, a Embrapa Algodão e ARRIBAÇÃ iniciaram um projeto chamado de “Escola Participativa do Algodão”, cujo principal objetivo é de validar o conhecimento dos agricultores familiares que trabalham efetivamente na produção agrícola; através da pesquisa participativa, onde os conhecimentos dos agricultores são utilizados através de instrumentos de pesquisa em grupo, os próprios agricultores testam suas práticas, trocando experiências, proporcionando o surgimento de um novo conhecimento adaptado para cada realidade e autonomia dos agricultores em relação ao cultivo do algodão.

Utilizando algumas experiências de convivência com as pragas do algodoeiro, já validadas com os seus trabalhos, os agricultores familiares contribuíram com o desenrolar do projeto Escola Participativa do Algodão, apresentando as suas experiências com o manejo da cultura como: a rotação dos campos e áreas cultivadas, plantio de algodão dentro de um espaçamento maior (1,10 metros entre as fileiras por 30 centímetros entre as plantas).



Foto 05: Plantio de Algodão no
Espaçamento 1,10 X 0,30 m

A utilização de tratos culturais através das limpas com boi com a arado, e como estratégia de combate a praga do bicudo, catação do botão floral e plantio do algodão no final do inverno, a partir da segunda semana do mês de junho.



Foto06: Cultivo da terra com arado puxado por boi.

Os agricultores familiares, dentro deste processo agrícola familiar, vinham alcançando resultados, dentro da estratégia de convivência com as pragas do algodoeiro, sem o uso do veneno para o combate a pragas, este conhecimento foi aperfeiçoado com o projeto, sendo reproduzido para outras regiões através do uso de experimentos onde os agricultores acompanhavam e participavam de todo o processo.

Com a divulgação do trabalho (o saber e saber fazer), utilizando a comunicação oral (“boca a boca”) entre os agricultores, outras comunidades se interessaram pela experiência do trabalho, no ano de 2006 os agricultores do Assentamento Oziel Pereira, municípios de Remígio-PB se mostraram interessados em participar do Projeto.

Com o aumento do número de agricultores interessados, na nova dinâmica de trabalho agrícola participativo, agricultores novos e antigos, sentiram a necessidade de ampliar áreas destinadas em suas terras à produção do algodão, devido a validação da experiência. No entanto, havia um desafio a ser superado, a figura do atravessador, que sempre esteve participando ativamente do processo de comercialização do algodão.

Nesse mesmo ano (2006), foi feito um contato para comercialização com uma empresa compradora de algodão, ligada ao setor de confecções do

estado de São Paulo, a COEXIS, em seguida foi realizado logo uma visita pela empresa para o conhecimento da realidade da produção do algodão no assentamento Queimadas, comunidade Gabinete. O objetivo da visita era a negociação para garantir a comercialização do algodão antes do plantio por um preço justo. Feito o acordo de se produzir algodão orgânico certificado, ou seja produzir o algodão sem nenhuma forma de utilização de veneno, a empresa que ficou responsável por emitir este certificado foi o IBD(Instituto Bio Dinâmico).

A partir desse grande desafio, que era produzir algodão orgânico, que seria em pouco tempo, o primeiro algodão certificado do Estado da Paraíba. Para tal fim, foram feitas diversas discussões junto aos agricultores e os parceiros envolvidos: Agricultores Familiares, Embrapa, Arribaça, Emater (Entidade oficial de assistência do assentamento Queimadas), discutindo estratégias de acompanhamento técnico das áreas, certificação, “convivência” com as pragas, beneficiamento, colheita, produção de sementes e transição agroecológica.

Neste sentido, foi constituída uma equipe técnica destinada a acompanhar e monitorar as ações do “Projeto Escola Participativa do Algodão”. Foram construídas coletivamente algumas estratégias para o acompanhamento técnico junto aos agricultores.

A equipe passou a adotar como ferramenta de trabalho, o diálogo com os agricultores de forma que o conhecimento seja repassado entre agricultores e técnicos e de técnicos para agricultores, com oficinas de confecção de produtos naturais – produção de biofertilizantes e defensivos naturais - a socialização de experiências na produção entre os próprios agricultores como forma de apropriação do conhecimento, organização de mutirões solidários, onde parte dos agricultores se organizam para plantio de todo o roçado, preparando a terra com o auxílio da tração animal.

3.1- No ano de 2006 Nasce o Primeiro Algodão Orgânico do Estado da Paraíba.

A primeira experiência de produção de Algodão Orgânico do Estado da Paraíba começa com a formação de um grupo com 18 agricultores familiares

para plantar algodão numa área perfazendo um total de 28 hectares plantadas. Essas áreas futuramente inspecionadas e validades pelo IBD como algodão orgânico.



Foto 07: Primeiro Algodão Orgânico do Estado da Paraíba, Assentamento Queimadas, Remígio-PB

O algodão orgânico foi comercializado por um preço diferenciado do valor de mercado. O preço foi pré-acordado com a empresa COEXIS antes de ser plantado o algodão, sendo 25% acima do maior preço de mercado encontrado no Estado. Dos 18 agricultores, 13 conseguiram produzir o algodão neste ano de 2006, de forma orgânica e certificado, produziram 5 toneladas de algodão em rama, segundo o preço pré acordado, foi vendido a R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), 25% (vinte e cinco por cento) acima do maior preço de mercado. Visto que neste ano o maior preço encontrado no Estado da Paraíba foi R\$ 1,00 (um real) na Cooperativa CAMPAL da cidade de Patos. O montante de algodão produzido e comercializado ao valor especificado acima gerou um total monetário de R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), este montante dividido pelas famílias que conseguiram produzir, ficaria uma certa média de R\$ 481,00 (quatrocentos e oitenta e um real) por agricultor.

No ano de 2007 o projeto “Escola Participativa do Algodão” se estende por outras cidades do compartimento da Borborema, conduzido com o apoio de outros parceiros: EMBRAPA ALGODÃO, AS-PTA, ONGIFA, ARRIBAÇÃ, PATAC, Escritórios Municipais das EMATER’s das cidades de Remígio,

Casserengue e Juarez Távora, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, Cassarengue e Solânea.

Neste ano o projeto se estendeu por 07(sete) assentamentos e uma comunidade de quatro municípios paraibanos os Assentamentos: Queimadas, Oziel Pereira, Corredor, Serrinha, Lagoa da Cruz, do município de Remígio, o Assentamentos: Gruta Funda do município de Algodão de Jandaíra e Assentamento Umbigudo do município de Casserengue e a comunidade Palmas do município de Solânea.

No mesmo ano o projeto passou por novos processos, uma nova estratégia de agregação de valor ao produto, foi feito um acordo comercial para vender o algodão beneficiado, ou seja, comercializar o algodão em pluma.

Para a comercialização era necessário pesquisar diversos locais onde houvesse usina de beneficiamento, foi encontrado uma mini usina localizada no Assentamento Margarida Maria Alves, na cidade de Juarez Távora. Nesta comunidade, o trabalho do beneficiamento já vinha sendo feito pelos próprios agricultores familiares, que beneficiavam a sua própria produção, com o acompanhamento técnico da Embrapa e do COEP(Comitê das Organizações e Entidades Parceiras).



Foto 08: Beneficiamento de Algodão no Assentamento Margarida Maria Alves – Juarez Távora-PB.

Em 2007 houve também outro avanço no projeto Escola Participativa do Algodão, entrada de outra empresa compradora de algodão a COOP NATURAL da cidade de Campina Grande. Com a entrada dessa empresa, começa a ser plantado também outro tipo de algodão, o algodão colorido, o projeto agora, além do algodão branco de variedade da Embrapa Algodão 8H, também começa a ser cultivado o algodão colorido de variedade Marron e Rubí.

Com o beneficiado do algodão e o cultivo do algodão colorido o preço do produto passou a ser diferenciado, o quilo da pluma do algodão branco, foi comercializado pelo valor de R\$ 4,00 (quatro reais), enquanto do Marron e Rubí por R\$ 5,00 (cinco reais).

A partir do cálculo realizado pela ONG Arribaça sobre o rendimento do algodão e agregação de valor: foi constatado que para cada 100 quilos de algodão em rama, são rendidos em pluma cerca de 40%, ou seja, 40 quilos de pluma, e 60 quilos (sessenta quilos) de caroço e impureza. Comparando com o algodão branco comercializado em 2006, percebemos uma agregação de valor ao produto final de 28 %.

O projeto estendeu-se para novos municípios, contando com 52 famílias de agricultores totalizando em média 80 hectares área de cultivo de algodão orgânico branco e colorido. A certificação foi realizada pelo IBD e custeada pelas empresas compradoras. Em 2007 foram produzidos 26 toneladas de algodão em rama, com um total de 10 toneladas de pluma de algodão orgânico, sendo 08 toneladas de pluma de algodão branco e 02 toneladas de pluma de algodão colorido. Toda produção de pluma gerou um valor monetário de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) se dividido pelas famílias que produziram ficaria em média R\$ 933,00 (novecentos e trinta e três reais) por família.

Com a venda do algodão em pluma restaram o caroço do algodão, que foi utilizado parte como ração dos animais dos agricultores e o restante armazenado em um banco de semente, para o plantio da safra do ano seguinte, cerca de 20% da produção de caroço.

3.2- Construção da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico.

O Projeto em 2008 já contava com 21 agricultores divididos em três (três) assentamentos. Com a tabela abaixo

Produção em de 2008 no Projeto Escola Participativa do Algodão							
Nº de agricultores	Municípios	Assent. Rurais	Comunidades	Área Plantada	Produção em rama	Produção Pluma Branco	Produção Pluma colorido
21	4	3	2	30 há	9.300 kg	3.077 kg	458 kg

Tabela 01: Produção de algodão no ano de 2008

Outras estratégias metodológicas, envolvendo os processos de mobilização de novos agricultores, trabalhos coletivos para o preparo de solo e implantação de novas áreas, surgem a partir desse trabalho uma articulação envolvendo diversas entidades que comungavam dos mesmos princípios.

Outro fruto destas discussões e articulações, foi criação da “Rede Paraíba de Algodão Agroecológico”, constituída por diversas instituições como: Sindicatos de Trabalhadores Rurais das cidades de Remígio, Solânea, Casserengue, Pólo Sindical da Borborema, SEBRAE, Emater, Secretarias de Agricultura de Diversas Cidades, Embrapa Algodão, ONGs como Arribaça, ASP-TA, PATAC, empresas compradoras de algodão, COOPNATURAL e COEXIS.

Este novo espaço veio a ampliar as discussões, sobre as estratégias e experiências no cultivo do Algodão Agroecológico acumuladas nestes dois anos de processo de produção, bem como, promovem um espaço de discussão e articulação de parcerias com outras instituições, e acesso a políticas públicas.

A compreensão das concepções de desenvolvimento pensadas pela Rede Paraíba de Algodão Agroecológico, se fez importante para a pesquisa, pois elas orientam sobre as formas de acesso a políticas públicas, ampliação de mercados, e articulação de parcerias.

O Desenho da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico, bem como as formas de participação das entidades e atores sociais envolvidos, define em

grande parte o poder de articulação e o direcionamento das ações desenvolvidas pela rede.

3.3 - Processo de Formação dos Agricultores e Agricultoras Familiares

O processo de formação dos agricultores familiares é tido como uma das ferramentas principais para o desenrolar do processo de produção do Algodão Orgânico.

Este processo de formação passa por alguns seguimentos perpassando também por algumas ações como: Acompanhamento Técnico das Áreas de Produção, Certificação Orgânica, Convivência com as Pragas do Algodoeiro, Beneficiamento do Algodão em Rama, Colheita, Produção de Sementes e Transição Agroecológica. Para o processo de formação foram utilizadas pelo projeto algumas ferramentas para a formação dos agricultores familiares norteadas por meio de metodologias participativas: Visitas de Intercâmbios, Dias de Campo Sobre o Algodão Agroecológico, Seminário Regional Sobre o Algodão, Transição Agroecológica.

3.3.1- Visitas de Intercâmbio

Uma das estratégias utilizadas no processo de formação dos agricultores e entidades envolvidas foi a realização de visitas de intercâmbio, que tiveram como objetivo levar agricultores familiares de uma região para conhecer novas experiências em outra região, isso a partir do conhecimento local.

O conhecimento repassado pelos próprios agricultores através das visitas contribuíram na formação continuada das famílias, as visitas serviram para mostrar experiências de outros agricultores, sobre o manejo agroecológico, convivência com as pragas, confecção de produtos naturais e a utilização de fertilizantes naturais.



Foto 09: Grupo de agricultores familiares da Paraíba em visita a áreas de algodão orgânico no estado do Ceará.

3.3.2- Dia de Campo sobre a Produção do Algodão Orgânico.

O dia de campo, é uma experiência utilizada nos processos de formação no qual é realizada, uma apresentação feita pelos próprios agricultores das ações desenvolvidas, através de amostras de trabalhos realizados no campo..

A realização de um Dia de Campo sobre Algodão Agroecológico foi estratégico para validar as práticas que estavam sendo utilizadas no Assentamento Queimadas na produção de Algodão Orgânico.

As apresentações foram feitas pelos agricultores como forma de estimular o processo de apropriação do conhecimento das experiências locais pelos visitantes.



Foto 10: Dia de Campo no Assentamento Queimadas no Ano de 2007

3.3.3- Transição Agroecológica

O processo de transição agroecológica das unidades de produção familiar vinha sendo trabalhadas desde o ano de 2005, sendo alcançando resultados favoráveis nas áreas de produção de Algodão Orgânico a partir do ano de 2006.

A transição agroecológica partiu de proposta baseada na adoção de um modo de produção, tendo como princípio a preservação dos recursos naturais.



Foto 11: Distribuição de Mudas de Arvores no Assentamento Queimadas.

A estratégia utilizada, foi a realização de oficinas de capacitação em manejo agroecológico das unidades de produção, controle alternativo de pragas, uso de produtos naturais, plantio de mudas de árvores e discussão sobre o processo de certificação e comercialização do Algodão Orgânico.



Foto 12: Oficina de Confecção de Produtos Naturais, Assentamento Oziel Pereira, Remígio-PB

3.4 - I Seminário Regional do Algodão Orgânico

O I Seminário Regional do Algodão Orgânico foi realizado pela Embrapa Algodão em parceria com a ONG Arribaça, aconteceu em Lagoa Seca – PB no mês de outubro de 2006, onde contou com a presença de agricultores familiares, instituições dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba. Nesse seminário aconteceu uma socialização das experiências realizadas pelos agricultores e instituições presentes sobre a produção do Algodão nos respectivos locais.

No Evento ficou encaminhado por todos os participantes e suas respectivas instituições, a proposta de construção de uma rede de articulação de algodão Orgânico entre os estados do Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Como a função de promover a socialização das experiências que estão acontecendo nos respectivos estados. Essa rede também teria o objetivo de gerar elementos que subsidiem a construção de canais de comercialização para o algodão orgânico entre outros produtos da agricultura familiar bem como fortalecer os canais de comercialização existentes.

3.5 - Escola Formal do Algodão

Partindo da necessidade dos agricultores familiares participarem ativamente nos espaços de discussão, acompanhamento do processo de formação continuada, representação e participação em eventos de construção do conhecimento dentro do Projeto Escola Participativa do Algodão.

Alguns agricultores sentiram dificuldades em acompanhar todo o processo no qual estavam inseridos, dificuldade vivenciada pela falta de formação escolar, onde grande maioria não sabia ler e escrever.

A escola formal surge levando em consideração o conhecimento que vem sendo construído no dia-a-dia de cada um através do Projeto Escola Participativa do Algodão.

Deste modo no ano de 2007 foi construído um espaço formal de educação do campo para jovens e agricultores do Assentamento Queimadas no Município de Remígio – PB. Essa escola foi desenvolvida pelos agricultores

familiares do assentamento em parceria com a ONG ARRIBAÇÃ, Embrapa Algodão com apoio da FIEP, SESI e da COOP Natural.

Surgiu a partir daí uma escola que alfabetiza e ao mesmo tempo um espaço de troca de experiências, de aprendizado e de construção do conhecimento de forma coletiva.



Foto 13: Alunos Assistindo Aula a Noite no Mês de Julho de 2007.

3.6– Realização da Festa da Colheita do Algodão Agroecológico

A Festa da Colheita do Algodão Agroecológico, já foi realizada em duas edições nos anos de 2008 e 2009.

A Festa da Colheita do Algodão Agroecológico, se mostrou fundamental para proporcionar um momento de confraternização onde os agricultores e agricultoras e suas representações, organizados em torno da Rede Paraíba de Algodão Agroecológico comemorem a colheita do algodão agroecológico.

O evento tem como principal objetivo resgatar e enaltecer os valores que constroem a identidade cultural dos agricultores e agricultoras familiares do Território da Borborema fortalecendo o sentimento de pertencimento. Sendo assim, os agricultores mostram a sua força cultural, proporcionando um engrandecimento sócio cultural, que resgata valores, e efetiva o protagonismo das populações rurais na difusão de sua cultura. Por outro lado, o evento veio divulgar as técnicas e práticas de cultivo de algodão agroecológico, buscando novas parcerias de mercado, difundir a produção para outros municípios afim de possibilitar a novos agricultores e agricultoras familiares a

inserção nesse novo modelo de produção, fortalecendo a Rede Paraíba de Algodão Agroecológico e a cadeia produtiva do algodão agroecológico no estado da Paraíba.

O primeiro ano de realização foi em 2008 a realização foi feita pela ONG, ARRIBAÇÃ, juntamente com entidades parceiras organizadas na Rede Paraíba de Algodão, Sebrae, Coopnatural, MDA, Embrapa Algodão, Banco do Brasil, AS-PTA, e Associações de agricultores.

No ano de 2009, foi realizada a II Festa da Colheita do Algodão Agroecológico, que continuou sendo pela ONG, ARRIBAÇÃ que além de contar com as parcerias de 2008 organizadas na Rede Paraíba de Algodão como o Sebrae, Coopnatural, MDA, Embrapa Algodão, Banco do Brasil, AS-PTA, e as Associações de agricultores, houve um aumento significativo das parcerias com o apoio de outros como: Petrobras, FINEP e Banco do Nordeste.

Em paralelo a II Festa da Colheita do Algodão Agroecológico aconteceu também o “I Salão Territorial da Borborema”, oportunidade que foi mostrada a sociedade a força da agricultura familiar do Território, principalmente seu ponto forte que é a diversificação de cultivos e de produtos, onde foi mostrado a Fruticultura (Manga, Caju, Cajá, Jabuticaba, Goiaba), os roçados (Inhame, Mandioca), as Hortaliças e tubérculos (exemplo do PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), o Artesanato (palha de bananeira, pano, bonecas, rabo de macaco, sisal e do barro).

Por sua vez, foi apresentado para os participantes do evento a produção de Algodão Agroecológico em sistema diversificados em consórcios com milho, feijão, sorgo, coentro, as Oleaginosas para Biodiesel (Girassol, Mamona e Amendoim); esteve exposta a Avicultura, a Apicultura e Meliponicultura.

Participaram do evento técnicos da área, professores, estudantes, agricultores e agricultoras familiares, artistas, empresários do ramo têxtil profissionais ligados a agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial.



Considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sistematização das informações coletadas, nossa pesquisa aponta para avanços identificados no processo de produção de algodão orgânico.

A valorização das experiências dos agricultores familiares através da pesquisa participativas a partir da realidade local, contribui com o alavancamento do processo de formação participativo, que por sua vez vem estimulando a validação dos consórcios agroecológicos com a cultura do algodão, com isso, apoiando a diversificação de culturas (sorgo; gergelim; amendoim; coentro; girassol; mudas de arvores), dentro dos moldes da agroecologia.

Por outro lado, a discussão sobre o acesso a mercado e comércio Justo, vem melhorar o dialogando entre os agricultores familiares e suas representações instituições (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações e ONGs) com as empresas compradoras de algodão, fortalecem as parcerias com outras instituições proporcionando a melhoria da qualidade de vida das comunidades trabalhadas pelo projeto.

Em contra partida, encontramos desafios no processo de produção de algodão orgânico, no que diz respeito, a escassez de recursos financeiros por parte das entidades parceiras para custear logística do processo de produção do algodão certificado (transporte, alimentação, telefone, material expediente); bem como os recursos para pagamento de uma equipe técnica, com dedicação exclusiva para o trabalho;

Em consequência se observa a falta de entidades jurídicas dos próprios agricultores familiares, capaz de acompanhar todo o processo de produção, certificação e comercialização. Da mesma forma se precisa de um maior amadurecimento na discussão sobre a garantia da comercialização para outros produtos da agricultura familiar (sisal, milho, feijão, coentro, artesanato), que andam estão aos olhos do atravessador.

Espera-se com a pesquisa poder contribuir com a divulgação desta experiência que poderá fortalecer o sistema de produção agroecológica, contribuindo com a sustentabilidade da unidade de produção familiar, através da geração de renda e preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 8ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.
- MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Gráfica do Deputado Frederico Rosado. 1999.
- MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.
- MELO, José Otávio de Aruda. **O Problema do Estado da Paraíba: Formação e Crise (1930-1996)**. Campina Grande, EDUEPB, 2000.
- MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária /UEPB, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson. **Memórias da Modernidade Campinense: 100 anos de trem – Maria Fumaça**. Campina Grande, Editora Agenda, 2007.
- LUCENA, José Antônio de. **Desafios e perspectivas da agroecologia no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento Queimadas, Remígio-PB**. Monografia de Conclusão de Curso. UEPB/CEDUC. Campina Grande, 2010.
- SANTOS, Emanuela Gonçalves dos. **O Uso das Práticas Agroecológicas Como Ferramenta para o Desenvolvimento do Assentamento Queimadas- Remígio-PB**. Monografia de conclusão de curso. UEPB/CEDC. Campina Grande, 2009.
- SERAFIM, Pérciles Vitério. **Remígio; Brejos e Carrascais**. João Pessoa, Editora Universitária 1992.
- WANDERLEY JÚNIOR, José Sales Alves. **Experiências para Produção de algodão Herbáceos em Sistemas Agroecológicos Familiares no Curimataú Paraibano**. Monografia de conclusão de curso. UFPB/CCA. Areia, 2006.